

MARCELO MARQUES CABRAL • JONES FIGUEIRÊDO ALVES
DANILO RAFAEL DA SILVA MERGULHÃO

DIREITO PRIVADO E CONSTITUIÇÃO:

A pavimentação de um direito privado
solidário sob a ótica constitucional

Homenagem aos trinta anos da
Constituição Federal brasileira

Carolina Correia Campelo
Danilo R. da Silva Mergulhão
Dante Ponte de Brito
Fabiola Albuquerque Lobo
Geraldo M. F. Tenório Filho
Guilherme G. Araújo Lima
Jeniffer Gomes da Silva
Jones Figueirêdo Alves
Larissa M. de Moraes Leal

Leonardo Batista Peixoto
Mário Luiz Delgado
Marcelo Marques Cabral
Marcos Ehrhardt Júnior
Og Cristian Mantuan
Patrícia Ferreira Rocha
Paula Falcão Albuquerque
Rodrigo da Guia Silva
Roberto Wanderley Nogueira

Prefácio:

FLÁVIO TARTUCE

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente Editorial: Francisca Lucélia Carvalho de Sena

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Direito privado e Constituição : a pavimentação de um direito privado solidário sob a ótica constitucional / coordenadores Marcelo Marques Cabral, Jones Figueirêdo Alves e Danilo Rafael da Silva Mergulhão. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Vários autores.

“Homenagem aos trinta anos da Constituição Federal Brasileira”

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-709-0

1. Brasil – Constituição (1988) 2. Direito constitucional 3. Direito privado 4. Direitos fundamentais I. Cabral, Marcelo Marques. II. Alves, Jones Figueirêdo. III. Mergulhão, Danilo Rafael da Silva.

19-28110

CDD-342

Índices para catálogo sistemático: 1. Direito constitucional 342 2. Direito privado 347
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO.....	7
TEMA I – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: DA DICOTOMIA À SIMBIOSE.....	15
<i>Mário Luiz Delgado</i>	
1. Introdução.....	15
2. Direito público e direito privado: da dicotomia à simbiose.....	18
3. A aplicação direta dos direitos fundamentais às relações privadas como tiro de misericórdia na <i>summa divisio</i>	22
4. Conclusão	25
5. Referências bibliográficas.....	25
TEMA II – TRATADO DE MARRAQUEXE E SEU STATUS CONSTITUCIONAL...	27
<i>Roberto Wanderley Nogueira e Carolina Correia Campelo</i>	
1. Introdução.....	27
2. A Constituição Federal de 1988 e o Estado de bem-estar social	28
3. Os direitos da pessoa com deficiência	31
4. A incorporação de tratados internacionais.....	36
5. O Tratado de Marraquexe.....	39
6. O Processo Judicial eletrônico brasileiro (PJe).....	42
7. Conclusão	45
8. Referências bibliográficas.....	46

TEMA III – AS REPERCUSSÕES PESSOAIS E PATRIMONIAIS NA ESFERA FAMILIAR E SUCESSÓRIA DO RECONHECIMENTO JURÍDICO DA POLIAFETIVIDADE CONVIVENCIAL	49
<i>Patricia Ferreira Rocha</i>	
1. Introdução.....	49
2. Balizas constitucionais para o reconhecimento da poliafetividade como entidade familiar	50
3. As novas relações familiares: convivência e parentalidade sob à luz da família poliafetiva.....	57
4. Os efeitos sucessórios a partir de um modelo convivencial plural	63
5. Conclusão	68
6. Referências bibliográficas.....	68
TEMA IV – A APLICAÇÃO DA TEORIA FINALISTA MITIGADA NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	71
<i>Danilo Rafael da Silva Mergulhão e Paula Falcão Albuquerque</i>	
1. Introdução.....	71
2. O Recurso Especial 476.428 – SC de relatoria da Ministra Nancy Andrighi como paradigma para aplicação da teoria finalista mitigada...	76
3. Da restrição à flexibilização do conceito de destinatário final.....	79
4. Situação e espécies de vulnerabilidade.....	80
5. Conclusão	84
6. Referências bibliográficas.....	85
TEMA V – ENQUADRAMENTO DA PERDA DE UMA CHANCE NA TEORIA DOS DANOS: UMA ANÁLISE SOB AS PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS NO DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	87
<i>Marcelo Marques Cabral</i>	
1. Da responsabilidade civil ao direito de ser reparado: a estrutura constitucional vernacular imprimida pelo Direito Privado solidário	87
2. Abertura do sistema para a configuração do dano no ordenamento jurídico brasileiro: a categoria do dano injusto	91
3. Enquadramento geral da perda de uma chance na teoria dos danos	94
4. Conceito e delimitação da teoria da perda de uma chance.....	97

5. Pressupostos da responsabilidade civil pela perda de chance e sua natureza jurídica	99
6. Figuras afins.....	104
6.1. Lucro cessante.....	104
6.2. O dano moral	106
7. Natureza jurídica do dano decorrente da perda de uma chance.....	110
8. Conclusão	111
9. Referências bibliográficas.....	112
TEMA VI – SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E OS DESAFIOS DA GESTÃO DOS DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS NO BRASIL.....	115
<i>Marcos Ehrhardt Júnior e Geraldo Magela Freitas Tenório Filho</i>	
1. Introdução.....	115
2. Considerações sobre a gestão coletiva dos direitos autorais musicais: a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) no Brasil à luz da Lei 9.610/98	116
3. Os direitos autorais musicais na sociedade informacional.....	124
4. O compartilhamento P2P (<i>peer-to-peer</i>) das criações intelectuais na internet e suas implicações jurídico-autorais.....	128
5. Soluções negociais para o gerenciamento dos direitos patrimoniais: os contratos autorais e a sua função social	131
6. Conclusão	141
7. Referências bibliográficas.....	142
TEMA VII – A DINAMICIDADE CONSTITUCIONAL E A MORA LEGISLATIVA NA PROMOÇÃO DA DEFESA DOS CONSUMIDORES: UMA ABORDAGEM DIRIGIDA À QUESTÃO DA PUBLICIDADE SUBLIMINAR	147
<i>Larissa Maria de Moraes Leal e Dante Ponte de Brito</i>	
1. Introdução.....	147
2. Origem da técnica subliminar de persuasão e sua influência no inconsciente do consumidor.....	150
3. Definição de publicidade subliminar	152
4. A manipulação dos consumidores por meio de publicidades subliminares.....	154
5. Conclusão	157
6. Referências bibliográficas.....	159

TEMA VIII – AS ILICITUDES NAS RELAÇÕES PATERNASIS, O ABANDONO AFETIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL ESPECIAL FAMILIAR.....	163
<i>Jones Figueirêdo Alves</i>	
1. A recusa da tolerância de modo geral.....	163
2. A intolerância em família	165
3. A intolerância nas relações parentais paternas	167
4. Paternidade resistida: a recusa imotivada de assunção da paternidade.....	167
5. O abandono moral	171
6. Conclusão	174
7. Referências bibliográficas.....	175
TEMA IX – REPARAÇÃO <i>IN NATURA</i> DO DANO MORAL COLETIVO EM FACE DA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DA PESSOA PRESA E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	177
<i>Guilherme Graciliano Araújo Lima</i>	
1. Introdução.....	177
2. Conceitos elementares de responsabilidade civil	178
3. Reparação <i>in natura</i>	181
4. Dano moral coletivo.....	183
5. O julgamento do RE 580252/MS pelo STF e o voto do ministro Luís Roberto Barroso	186
6. Atuação do Ministério Público na tutela da reparação pelo dano moral coletivo por violação a direitos humanos	190
7. Conclusão	194
8. Referências bibliográficas.....	195
TEMA X – TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO DE FAMÍLIA ADVINDAS DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	197
<i>Fabiola Albuquerque Lobo</i>	
1. Introdução.....	197
2. O princípio constitucional estruturante da dignidade da pessoa humana.....	199
3. O direito de família constitucionalizado	201
4. Subprincípios constitucionais aplicados no direito de família	203

5. Subprincípio da liberdade	203
6. Do subprincípio da igualdade	205
7. Subprincípio da afetividade.....	206
8. Subprincípio do melhor interesse da criança e do adolescente e da convivência familiar.....	208
9. Incidência constitucional na legislação e jurisprudência familiarista	210
10. Conclusão	212
11. Referências bibliográficas.....	213
 TEMA XI – MULTIPARENTALIDADE: DESAFIO ATUAL DO PODER JUDICIÁRIO COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	215
<i>Og Cristian Mantuan</i>	
1. Introdução.....	215
2. Desenvolvimentos e idiosincrasias no tocante à multiparentalidade no cenário jurídico nacional	216
3. Referências bibliográficas.....	233
 TEMA XII – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM PARADIGMA LEGAL CALCADO NO MODELO SOCIAL DE DEFICIÊNCIA PRECONIZADO PELO ATUAL REGIME CONSTITUCIONAL	235
<i>Leonardo Batista Peixoto</i>	
1. Introdução.....	235
2. Inclusão social das pessoas com deficiência: um processo em evolução...	238
3. Visão geral sobre o estatuto e alguns temas sensíveis.....	246
4. O estatuto da pessoa com deficiência à luz da experiência jurisprudencial.....	251
5. Conclusão	254
6. Referências bibliográficas.....	255
 TEMA XIII – NOTAS SOBRE AS CLÁUSULAS SOLVE ET REPETE: PARÂMETROS INICIAIS PARA A LIMITAÇÃO CONVENCIONAL ÀS EXCEÇÕES Oponíveis pelo Devedor.....	257
<i>Rodrigo da Guia Silva e Jeniffer Gomes da Silva</i>	
1. Introdução.....	257
2. Aspectos das cláusulas <i>solve et repete</i> na experiência estrangeira	261

3.	Primeiras impressões sobre a admissibilidade das cláusulas <i>solve et repete</i> no direito brasileiro.....	266
4.	Conclusão	279
5.	Referências bibliográficas	279